

Scripta Nova

REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98

Vol. XVIII, núm. 493 (30), 1 de noviembre de 2014

[Nueva serie de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*]

AUMENTO DA VIOLÊNCIA EM PEQUENAS CIDADES, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E CONTROLE SOCIAL

Angela Maria Endlich

Universidade Estadual de Maringá

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

UENP/Doutorando PGE/UEM

Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social (resumo)

É notório o aumento da violência e do sentimento de insegurança na sociedade atual. Embora esse processo seja frequentemente associado a áreas metropolitanas e grandes cidades, demonstramos como essa tendência vem se modificando. Cresce a violência e o sentimento de insegurança em pequenas cidades. O texto traz essa realidade para a pauta, procura delinear algumas explicações e problematiza uma das formas de controle que vem sendo adotada: o toque de recolher para a juventude.

Palavras chave: pequenas cidades, violência, sentimento de insegurança, controle social.

Increased violence in small towns, sense of insecurity and social control (abstract)

It is visible the rising of violence and insecurity feeling in the society nowadays. Although this process is often associated with metropolitan areas and large cities, we demonstrate how this tendency is changing. Increasing violence and the insecurity feeling in small towns. The text brings this reality to the academic agenda, presents some explanations about forms of control that has been adopted: the youth curfew.

Keywords: small towns, violence, insecurity feeling, social control.

*“Era uma cidade muito engraçada, não tinha praças não tinha nada.
(...) Ninguém podia fazer festinha, qualquer barulho o guarda vinha.
Mas era feita com muito esmero, muita policia e tolerância zero”¹*

A vida pacata e tranquila em pequenas cidades é cada vez mais um mito. As histórias de várias décadas sem um único homicídio vão se tornando raras. É certo que se os dados são analisados

¹ Extraída de Moncau, 2011.

de forma absoluta os números não chamam tanto a atenção. Contudo, quando considerados proporcionalmente em relação a sua população observa-se que os índices obtidos posicionam algumas pequenas localidades entre as mais violentas do Brasil. Além dos homicídios, cresceram também as ocorrências contra o patrimônio, como furtos e roubos. Enfim, houve um significativo aumento da violência em pequenas cidades.

Os objetivos e o aporte deste trabalho estão em tentar desmitificar as pequenas cidades como espaços tranquilos e seguros mostrando dados e informações que indicam uma modificação da realidade nesse sentido. Pretendemos ainda delinear algumas explicações para esse fenômeno. Ao final, destacamos uma das estratégias que tem aparecido para o controle da violência – o toque de recolher, que embora não seja exclusivo de pequenas cidades, tem sido proposto em muitas delas.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos dados e fontes que nos permitiram acesso às informações sobre os fatos analisados, como os referentes ao incremento da violência em pequenas cidades e quanto ao toque de recolher.

Era uma vez uma cidade tranquila...

Quando se menciona a tranquilidade das pequenas cidades ela pode estar relacionada a vários atributos que nelas se encontram ou se espera encontrar: trânsito menos intenso e a possibilidade de uma vida em ritmo mais lento de modo geral; espaços mais silenciosos e o sentimento de segurança devido a uma suposta incidência menor de criminalidade. Neste trabalho enfocamos, especialmente, esse aspecto relacionado à violência e ao sentimento de segurança.

A tranquilidade e a segurança sinalizadas como atributos apreciados nas pequenas cidades concernem, certamente, em uma leitura marcada pela comparação, com parâmetros de outras circunstâncias urbanas, vinculadas às cidades maiores e marcadas pela intensidade da cadência imposta diariamente nessas localidades, que se não são vividas pessoalmente, pode ser apreendida pela mídia, que prioriza a realidade dos espaços metropolitanos.

Retomamos com essa temática, pesquisa anterior sobre os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. Em questionário aplicado, a questão da segurança aparecia, naquele momento, como indicação dos problemas existentes para algumas pessoas ao passo que para outras estavam entre os pontos positivos das localidades estudadas. Percebemos que enquanto alguns respondentes de questionários mencionavam a tranquilidade como um valor local, outros já anunciavam que faltava segurança.

Essa dubiedade na percepção dos moradores nos indicou que havia um processo de mudança recente, apreendida por alguns ao passo que outros mantinham a sua percepção baseada na vida tranquila que costumeiramente permeava as pequenas cidades. A realidade das pequenas cidades já não é mais a mesma, algo de novo está acontecendo. Lugan² já identificara sinais de transformações na sociabilidade, motivadas por fatores isolados ou pela combinação deles: maior diversificação social provocada pela instabilidade demográfica que pode ocorrer por vários motivos, a mobilidade de fim de semana acarretada pela difusão das residências secundárias, a presença de categorias socioprofissionais com mobilidade espacial intensa, a

² Lugan, 1997, p. 399-404.

falta de integração entre migrantes e moradores mais antigos, além de outras alterações possíveis no perfil demográfico da população, como a mudança na composição etária. Mediante essas considerações, o mesmo autor assinala que as mudanças referentes às interações sociais ocorrem em detrimento das formas de sociabilidade de tipo comunitário, em favor de uma sociabilidade resultante da aproximação das pequenas cidades com valores difundidos pela dinâmica urbana mundial.

Devemos lembrar que também nas pequenas cidades a realidade é marcada pela sociedade segmentada e, portanto, a percepção pode ser diferente de acordo com a inserção social. Quanto à tranquilidade associada ao ritmo de vida, por exemplo, podem ser atribuídos significados diferentes para a velocidade e para a lentidão. Chama a atenção Santos³ para a questão do ritmo expondo sobre o tempo dos homens lentos, aqueles que não conseguiram apropriar-se da mobilidade produzida pela técnica, porque ela passa pelo mercado e pelo poder de consumo. Essa lentidão não resulta de uma opção como ritmo de vida mais saudável, mas de uma condição social, que se contrapõe à adoção voluntária da lentidão como se difunde recentemente. Portanto, registra-se um sentido dúbio para a lentidão.

A associação imediata desses atributos com determinados espaços, no caso as pequenas cidades, também deve ser cautelosa, pois apesar da tranquilidade que parece imperar nas mesmas, ali, igualmente, é despótico o tempo consumido pelo trabalho. Para a multidão de trabalhadores que dependem do cumprimento de metas diárias, a possibilidade de arrefecer o ritmo não se apresenta como algo que possa resultar de uma decisão individual. São pessoas que não podem apropriar-se do seu tempo, pois ele é a medida da quantidade do trabalho vendido, única via para a sua reprodução. Tampouco podem os trabalhadores decidir sobre ritmos mais adequados, pois essa é medida do trabalho vendido, fazendo do tempo uma dimensão vivida pelo seu valor de troca. Ela vem acompanhada de uma exigência da intensidade do seu uso, que deve resultar numa determinada produtividade. Portanto, para muitos, o tempo segue arbitrário, ora abarcando-os no seu ritmo por meio do trabalho, ora excluindo-os da sua dispendiosa celeridade.

A questão do ritmo de vida passa, então, pela condição social. Apropriar-se da velocidade ou da lentidão pode decorrer de uma decisão apenas para aqueles que não são donos só da sua força de trabalho. Para os que estão no outro polo das relações sociais, o ritmo é imposto, pelo menos no que se refere às horas dedicadas ao trabalho. É intenso porque é a medida do trabalho. É lento, enquanto capacidade de locomoção e de comunicação porque é mercadoria, e como tal, exige o equivalente ao valor de troca.

Retomando a temática central do artigo, a tranquilidade, como indicativo de segurança nas pequenas cidades, tem também cunho comparativo com as grandes cidades e espaços metropolitanos que vinham sendo os que concentravam a violência e as motivações que geram o sentimento de insegurança. Do mesmo modo, as percepções nesse caso são distintas por diversos fatores, mas especialmente pela condição social, pois em pequenas cidades igualmente incidem os fatores de diferenciação socioespacial que permeiam as relações capitalistas e que se materializam no espaço geográfico. Como assinalou Lugan⁴ esses espaços combinam relações cuja natureza lhes são próprias com aquelas específicas da sociedade de

³ Santos, 1996, p. 260-264.

⁴ Lugan, 1997, p. 403.

classes. O que ocorre é que as relações de natureza comunitária tendem a suprimir os conflitos de classes.

É notório como se encontram na mídia e no senso comum os dois discursos – os que continuam anunciando e reiterando a tranquilidade nas pequenas cidades e aqueles que já alertam para as transformações e destacam os eventos violentos. Obviamente, são muitas as pequenas cidades. Em algumas estão preservados a tranquilidade e o sentimento de segurança. Contudo, em outras aparecem significativos processos de mudança. Mencionamos alguns exemplos e ampliamos esse debate na sequência. Tal como mostramos sobre aspectos econômicos e sociais nos quais as pequenas cidades oscilam entre sinais de luminosidade e de letargia⁵, quanto à incidência de violência e o sentimento de segurança igualmente observamos uma oscilação que as sinalizam como ilhas de tranquilidade ou espaços do medo. Depende de para qual cidade se olha, ou para determinadas áreas dentro delas ou, ainda, de quem procede a observação e o discurso.

Sobre as notícias e os fatos

Para pesquisar o tema do aumento da violência em pequenas cidades são fundamentais os dados sobre esses fatos. Contudo, os dados que dizem respeito a essas ocorrências podem não contemplar toda a realidade por estarem incompletos ou marcados por leituras ideológicas. Por isso, consideramos relevante analisar as notícias que aparecem diariamente na mídia mostrando que há um aumento concreto da violência. Levamos em conta essa fonte tendo presente as ressalvas de que as notícias não são os fatos como nos alertava Santos⁶ de que eles existem e que as notícias são as interpretações deles. Por outro lado, ponderamos que as notícias podem ser uma fonte de acesso aos fatos, especialmente em temas polêmicos e cujas fontes são restritas. Esse é o caso do tema ao qual nos propomos trabalhar. Registramos esse procedimento no trabalho em vários pontos. Para começar no Quadro 1, no qual apresentamos dez dos resultados obtidos na Internet (apareceram no total 19.300.000 resultados) com a busca das palavras chaves “Violência e Pequenas Cidades”.

As notícias contemplam diversas áreas do Brasil. Muitas dessas notícias baseiam-se em estudos do Ministério da Justiça ou da Confederação das Indústrias. Outras contemplam municípios e regiões motivadas por ocorrências nelas registradas.

Como procedimento complementar, acompanhamos diariamente por aproximadamente um mês, enquanto desenvolvíamos esse trabalho, um dos jornais de Maringá que contemplam cidades da região e registramos os resultados no Quadro 2. Esse levantamento atualiza e complementa outro apresentado em parte posterior do trabalho; registramos um levantamento mais amplo, abrangendo dez anos nessa mesma fonte e cujos resultados estão trabalhados no Quadro 3.

⁵ Endlich, 2006

⁶ Santos, 1999.

Quadro 1
Notícias sobre violência em pequenas cidades brasileiras.

Fonte	Data	Manchete	Link
Globo	12.02.2014	Violência vira grande preocupação de moradores de pequenas cidades	http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/02/violencia-vira-grande-preocupacao-de-moradores-de-pequenas-cidades.html
Correio do Povo	Sem data	O crime nas pequenas cidades	http://www.mundotexto.com.br/redacao_dissertativa/redacao_dissertativa_869.html
Folha Campinas	25.04.1999	Crimes migram para cidades pequenas	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm25049901.htm
Ageuniara	Sem data	Violência escolar atinge pequenas cidades do interior	http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=4597
JusBrasil	2010 aproximada	Parlamentares chamam a atenção para a violência em pequenas cidades	http://alpa.jusbrasil.com.br/noticias/973752/parlamentares-chamam-atencao-para-a-violencia-em-pequenas-cidades
Blog do Bordoni	19.07.2013	Violência: das cidades pequenas e médias, 15 de Goiás são barra pesada	http://luisCarlosBordoni.blogspot.com.br/2013/07/violencia-das-cidades-pequenas-e-medias.html
Jampa News	28.02.2011	Criminalidade: violência cresce em cidades pequenas	http://www.jampanews.com/2010/ler_noticia.php?id=23527
Consciência crítica	30.01.2008	Aumento da violência em cidades pequenas	http://conscienciacritica.wordpress.com/2008/01/30/aumento-da-violencia-em-cidades-pequenas/
UOL News	27.02.2007	Cidades pequenas lideram violência no país explica sociólogo	http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007/02/27/ult2492u400.jhtm
O Paraná	15.03.2012	Violência castiga as pequenas cidades	http://www.oparana.com.br/cidades/violencia-castiga-as-pequenas-cidades-10487/

Fontes mencionadas foram acessadas em 13.02.2014.

Esse quadro não tem a pretensão de expressar todas as ocorrências nesse período, é apenas uma parte delas, até porque realizamos uma seleção. Estão registradas 17 datas. Em algumas delas apareciam mais que uma ocorrência, totalizando 22. Embora não seja fácil classificá-las, procuramos avaliar em que elas consistiam e indicamos da mais frequente a menos frequente, conforme aparece no quadro anterior: roubos ou furtos (3), roubos a caixas eletrônicos⁷ (4) homicídios (tentativas) e brigas (7); tráfico de drogas (5), apreensão de contrabando (2) e outros (1 – carro incendiado).

Quadro 2
Notícias regionais sobre violência em pequenas cidades, 2014.

Data	Manchetes	Link
13.02.2014	Dupla é detida acusada de praticar pescaria em caixas eletrônicos de Nova Londrina e Itaúna do Sul	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/802409/dupla-e-detida-acusada-de-praticar-pescaria-em-caixas-eletronicos-de-nova-londrina-e-itauna-do-sul/
14.02.2014	Rapaz de 23 anos é morto a tiros em Mauá da Serra	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/802604/rapaz-de-23-anos-e-morto-a-tiros-em-maua-da-serra/
15.02.2014	Trio é preso com diversos medicamentos na PR 323 em Iporã	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/802776/trio-e-preso-com-diversos-medicamentos-na-pr-323-em-ipora/

⁷ Decidimos especificar esse tipo de ocorrência porque tem sido muito frequente.

	Polícia prende dois com 210 quilos de maconha na BR 369 em Jataizinho	http://londrina.odiario.com/policia/noticia/802778/policia-prende-dois-com-210-quilos-de-maconha-na-br-369-em-jataizinho/
16.02.2014	Rapaz é morto a tiros dentro de carro em Sertanópolis	http://londrina.odiario.com/policia/noticia/802919/rapaz-e-morto-a-tiros-dentro-de-carro-em-sertanopolis/
20.02.2014	Dupla presa após assalto a lotérica de Planaltina do Paraná	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/803666/dupla-e-presa-apos-assalto-a-loterica-de-planaltina-do-parana/
21.02.2014	BMW é flagrada em 57,595 kg de crack em Perobal	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/803870/bmw-e-flagrada-em-57595-kg-de-crack-em-perobal/#ad-image-0
22.02.2014	Perseguição termina com apreensão de 162 kg de maconha na PR 323 em Sertaneja	http://londrina.odiario.com/policia/noticia/812667/perseguiacao-termina-com-apreensao-de-162kg-de-maconha-na-pr-323-em-sertaneja/#ad-image-0
23.02.2014	Rapaz cai em golpe, é espancado e furtado em Boa Esperança	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/812737/rapaz-cai-em-golpe-e-e-espancado-e-furtado-em-boa-esperanca/
24.02.2014	Homem é morto com tiro na cabeça em Alto Piquiri	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/812929/homem-e-morto-com-tiro-na-cabeca-em-alto-piquiri/
25.02.2014	Casal é detido com diversos medicamentos paraguaios na Br 369 em Ubiratã	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/813176/casal-e-detido-com-diversos-medicamentos-paraguaios-na-br-369-em-ubirata/
28.02.2014	Ladrões fazem mais de 30 buracos em caixa eletrônico em São Tomé.	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/813919/ladros-fazem-mais-de-30-buracos-em-caixa-eletronico-em-sao-tome/
01.03.2014	Quadrilha explode caixas eletrônicos do Banco do Brasil em Lupionópolis na madrugada. Carro é incendiado em Santo Antonio da Platina. Adolescentes são flagrados com moto furtada em Andirá.	http://londrina.odiario.com/policia/noticia/814146/quadrilha-explode-caixas-eletronicos-do-banco-do-brasil-em-lupionopolis-na-madrugada/ http://londrina.odiario.com/policia/noticia/814148/carro-e-incendiado-em-santo-antonio-da-platina/ http://londrina.odiario.com/policia/noticia/814134/adolescentes-sao-flagrados-com-moto-furtada-em-andira
04.03.2014	Caixas eletrônicos de três bancos são alvos de explosão	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/814447/caixas-eletronicos-de-tres-bancos-sao-alvos-de-explosao/
05.03.2014	Rapaz é encontrado morto em tanque de peixes Rapaz é preso com crack nas partes íntimas	http://maringa.odiario.com/parana/noticia/814749/rapaz-e-encontrado-morto-em-tanque-de-peixes/ http://maringa.odiario.com/policia/noticia/814806/rapaz-de-maringa-e-preso-com-crack-nas-partes-intimas/#ad-image-0
06.03.2014	Homem morre em confronto após atirar em casal em baile de carnaval em Nova Londrina.	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/815065/homem-morre-em-confronto-apos-atirar-em-casal-em-baile/
07.03.2014	Casal é flagrado com maconha em caixa de cereal.	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/815265/casal-e-flagrado-com-maconha-em-caixa-de-cereal/

08.03.2014	Homem é encontrado morto em estrada rural de Mandaguari. Motorista de 63 anos é agredido e tem carro roubado.	http://maringa.odiario.com/policia/noticia/815456/homem-e-encontrado-morto-em-estrada-rural-de-mandaguari/ http://maringa.odiario.com/policia/noticia/815415/motorista-de-63-anos-e-agredido-e-tem-carro-roubado/
------------	--	--

Fonte: O Diário do Norte do Paraná, fevereiro-março, 2014.

Começamos a acompanhar essa realidade e a trazê-la para a pauta acadêmica em 2006. Desde então, tem sido comum um destaque maior na imprensa e a realização de alguns estudos que constatarem essas tendências. Apesar disso, ainda é comum que a violência seja vinculada a grandes cidades ou áreas metropolitanas, já que em números absolutos ela é mais expressiva nessas localidades que adensam tudo, inclusive essa face da realidade. As pequenas cidades costumam ser associadas a espaços tranquilos, embora não escapem do aumento de violência que permeia a sociedade de maneira geral. Essas localidades como as cidades de modo geral são cada vez mais vinculadas ao perigo que com a segurança⁸.

Aumento da violência em pequenas cidades

Notícias como as anteriormente mencionadas mostram que a tendência de violência tem se tornado cada vez mais frequente em cidades brasileiras. Em muitos casos, as quadrilhas aproveitam a ausência de serviços públicos de segurança, a facilidade de acesso e deslocamento por rodovias pouco fiscalizadas, entre outros fatores, para amedrontar e aterrorizar as pequenas localidades.

Tomando por referência os dados de violência em geral é comum encontrar indicadores cada vez maiores. Por exemplo, os dados do Sindicato dos Vigilantes do Estado do Paraná, em 2011 ocorreram 98 ataques (quarto em quantidade entre os Estados brasileiros), sendo oito explosões, 61 arrombamentos e 29 assaltos/furtos; em 2012, houve um crescimento assustador: o total de casos passou para 214 (terceiro em quantidade), aumento de quase 120% em comparação a 2011, sendo 106 explosões (aumento de 1.225%), 74 arrombamentos (aumento de 21%) e 34 assaltos/furtos (aumento de 17%). Para 2013, há apenas os dados consolidados para o primeiro semestre: 118 casos (terceiro em quantidade), ou aumento de 9% em relação ao mesmo período de 2012, divididos em 102 explosões ou arrombamentos (aumento de quase 10% no período) e 16 assaltos (valor equivalente ao mesmo período de 2012).

Apesar da difusão e interiorização da violência e da insegurança urbana em pequenas cidades recentemente, outras situações sempre estiveram associadas a elas e que igualmente denotam violência, como as perseguições políticas, o coronelismo e/ou as lutas por terra/solo urbano, entre outros fatores. Entretanto, atualmente, somam-se a esses citados anteriormente, a propagação dos roubos, dos furtos e dos homicídios. Além disso, devido ao alto grau de pessoalização, é comum nas pequenas cidades, ainda que não exclusivamente nelas, a ausência de denúncias de ocorrências, como violência doméstica, estupros, etc., especialmente em ambientes familiares, as chamadas subnotificações. Geralmente, isso ocorre devido tanto à ausência de equipamentos e serviços que garantam a proteção da vítima quanto ao julgamento praticado pela sociedade local.

⁸ Bauman, 2006.

Waiselfisz⁹ utiliza os dados de homicídios em todos os municípios brasileiros e apresenta, como principal conclusão, a interiorização da violência no País, independentemente se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próxima às capitais ou distantes dos principais centros urbanos. Entre as trinta primeiras colocadas, nove (30%) possuem menos de vinte mil habitantes, doze (40%) possuem menos de cinquenta mil habitantes e 17 (57%) até cem mil habitantes. Já entre as 500 cidades brasileiras com maiores taxas de homicídios, 328 (65,6%) possuem, no máximo, 50 mil habitantes de população urbana e podem ser consideradas pequenas cidades, sendo delas 33,5% com até dez mil habitantes, 44,8% com população entre 10.001 e 25 mil habitantes e 21,7% com população total entre 25 mil e cinquenta mil habitantes. Já no Paraná, não são disponibilizados dados oficiais.

Como complemento e conforme já assinalamos antes, realizamos uma coleta de notícias no jornal *O Diário do Norte do Paraná*, associadas à insegurança urbana, à violência e às questões sociais nas pequenas cidades. Foram desconsideradas, no levantamento, as pequenas cidades de Marialva, Mandaguaçu e Paçandu, devido à proximidade com Maringá, e Tamarana, à proximidade com Londrina. O levantamento teve como recorte temporal o período de 01 de agosto de 2001 a 01 de agosto de 2011, totalizando uma série histórica de 10 anos ou 120 meses; foram encontradas 714 notícias vinculadas à temática, ocorrendo em 119 municípios diferentes. O expressivo número pode até parecer surpreendente, mas pode ser considerado pequeno se avaliarmos que muitos acontecimentos não são divulgados ou noticiados.

No Norte Central do Paraná, composto por 79 municípios, 12 cidades foram desconsideradas por critérios mencionados anteriormente e 15 (22,4%) nos chamou a atenção, pois não foram citadas ao longo dos dez anos de reportagens levantadas. Será que realmente não houve nenhuma ocorrência ou elas não foram contempladas pela mídia? Já em 77,6% das pequenas cidades possíveis houve notícias no jornal, sendo que 12 pequenas cidades apareceram de modo mais evidente com quase 60% de todas as reportagens divulgadas, das quais Mandaguari, com quase 31 mil habitantes, é responsável por quase 12% de todas as notícias do período.

Por meio de Roques¹⁰ percebemos que o aumento da violência em pequenas cidades não é uma exclusividade brasileira, assim como o sentimento de insegurança e as estratégias de controle. Pode ser que no Brasil as incidências sejam numericamente maiores, mas elas estão presentes em outras realidades também.

Diante do exposto, o Quadro 3 expressa o teor das notícias por proporção. Observamos que aquelas situações que cotidianamente são vinculadas de forma mais claras às áreas metropolitanas, também ocorrem em municípios polarizados por pequenas cidades. Concretamente, a maioria desses eventos estão relacionados aos furtos, roubos e homicídios (ou tentativa deles) que podem ser resultados de brigas, disputas por venda e consumo de drogas, etc.

⁹ Waiselfisz, 2010.

¹⁰ Roques, 2011.

Quadro 3.
O Diário do Norte do Paraná. Proporção, em porcentagem, de notícias, por teor de acontecimento, 2001-2011.

Roubos e furtos (ou tentativa)	20,2
Homicídios (ou tentativa) e brigas que resultaram em mortes	17,4
Indivíduos, duplas e/ou quadrilhas presas	8,5
Roubos e furtos (ou tentativas) de bancos, lotéricas e caixas eletrônicos	7,0
Assalto a ônibus (ou tentativa)	5,7
Violência contra as mulheres e crianças	5,0
Delegados, policiais, investigadores, prefeitos e servidores públicos envolvidos em corrupção, abuso de poder, homicídios, etc.	4,5
Fuga (ou tentativa) de cadeia e delegacia, rebeliões e resgate de presos	3,6
Exploração sexual e pedofilia	2,4
Estelionato (ou tentativa)	2,4
Estupro (ou tentativa)	2,9
Latrocínio	2,1
Sequestro	1,3
Outras	17,0

Fonte: Levantamento no Diário do Norte do Paraná, 2001-2011.

Portanto, as pequenas cidades onde portas e janelas permaneciam abertas, tendem a cada vez corresponder menos à realidade. Pelo menos esse parece ser o caso das cidades da região em estudo no Norte e Noroeste do Estado do Paraná, bem como de outras áreas do Brasil. Houve um aumento concreto da violência, acompanhado de um crescimento ainda maior do sentimento de insegurança. Abordamos brevemente esses conceitos no item a seguir.

Violência e sentimento de insegurança

O entendimento da violência e do sentimento de insegurança vai além da realidade social materializada nos espaços geográficos. É uma tentativa de avançar em respostas para a nova questão social no mundo contemporâneo que ancora interesses individuais e imediatos de ganhar e lucrar, em detrimento dos interesses coletivos, no que constitui uma nova forma de sociabilidade. As pequenas cidades fazem parte dessa realidade e não podem ser olvidadas.

A violência é um termo oriundo do latim *vis* que significa “força”. No entanto, houve uma evolução semântica do termo: passou de “abuso de força”, no século XVIII, para “força brutal para submeter alguém”, no século XX¹¹. Já de maneira simplificada, é “uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo”¹², ou seja, uma imposição, contra a vontade de quem sofre. Entretanto, devemos considerar a existência de diferenças substanciais nas representações sociais de violência e das diferentes classes sociais.

Entretanto, apesar das tentativas de definição, ela é classificada como “uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la”¹³, ainda que resulte de uma generalização de diversos fenômenos, quase sempre negativos. Tomando base os discursos freudianos, é “um fenômeno inerente à condição humana”¹⁴. Em outras palavras, a energia original entre os sujeitos é a agressividade e a sociabilidade seria uma

¹¹ Rifiotis, 1999, p. 28; Magalhães, 2009, p. 321-322.

¹² Viana, 2002, p. 7.

¹³ Rifiotis, 1999, p. 28.

¹⁴ Moreira; Abreu; Oliveira, 2006, p. 629.

forma de driblar a condição humana. Logo, a sociedade teria “domesticada” a violência com o passar das gerações.

Assim, “a violência segue intrinsecamente ligada a inúmeros atos humanos”¹⁵. Podemos dizer que mais recentemente ela tem sido considerada quase como um atributo inerente as áreas urbanas, constituindo-se “uma espécie de ‘parte maldita’, um ‘resquício’, um elo da corrente que nos prende no passado”¹⁶, que, claramente, tomou maior proporção a partir da consolidação do capitalismo e se intensificou com o advento da globalização. Nesse sentido, ela se tornou desterritorializada e onipresente, não pertencendo apenas a um só espaço e não condicionada a um grupo social exclusivo.

Souza¹⁷ partilha da linha que o “sistema capitalista é, (...), ‘criminógeno’”. Para ele, o modelo social de hoje é assim por despertar um irrefreável desejo de consumo, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazê-los; por colocar o “eu” muito acima do “nós” e do “ter” acima do “ser”; por privilegiar a propriedade em detrimento da vida; por engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta; e, finalmente, por facilitar, por meio de desregulamentações, a lavagem de dinheiro, a corrupção e a injustiça social, onde os abastados tem privilégios, como não ser preso ou julgados.

A violência urbana é todo o exposto anteriormente, tendo como lugar de ocorrência o espaço urbano. Ela é definida, também, como “derivada da organização do espaço urbano”¹⁸, entre eles: a divisão social do trabalho, desigualdades sociais – emprego, moradia, transporte, educação, saúde, lazer, religião, conflitos sociais, ações do Estado, agentes valorizadores do solo urbano, estruturas físicas, entre outros. Na cidade contemporânea, à medida que a globalização divide-a em fragmentos antagônicos, transforma-a em um jogo de interesses. Logo, “o cenário urbano apresenta uma série de rupturas, fissuras, sinuosidades, conflitos, dissensões e distorções no campo social”¹⁹.

Já nos estudos de Silva²⁰, a violência urbana é entendida por “uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais”. Segundo o autor, ela não se refere a “comportamentos isolados, mas à sua articulação como uma ordem social”. O sociólogo apresenta, ainda, uma perspectiva relevante ao descrevê-la como algo “muito difundida e coletivamente aceita”, pois reflete a realidade perante o tratamento do assunto. O que ele ressalta é que se chegou a um ponto que determinadas situações recorrentes passarem a não comover ou criar um sentimento de insatisfação. Em resumo, podemos considerar que há uma banalização da violência urbana, principalmente com os casos de homicídios, furtos e roubos.

Além disso, a sensação é de que, cada vez mais, as pessoas estão intolerantes. A intransigência, que parece não ter fim, compõe um conjunto totalitário inaceitável, independente da motivação. Por isso, no que diz respeito ao âmbito do cotidiano, a violência urbana influencia na construção de comportamento e vivências pautadas no medo e, por conseguinte, o sentimento de insegurança urbana.

¹⁵ Pedrazzini, 2006, p.20.

¹⁶ Rifiotis, 1999, p. 28.

¹⁷ Souza, 2008, p. 148.

¹⁸ Viana, 2002, p. 29.

¹⁹ Pedrazzini, 2006, p. 79.

²⁰ Silva, 2004, p. 59.

O sentimento de insegurança urbana ocorre quando um indivíduo – ou um grupo – se sente inseguro em determinada localidade, por qualquer motivo que seja, real ou não. A noção de sentimento é abstrata, difícil de descrever com precisão, e varia no período, no tempo e na intensidade de pessoa para pessoa, abrangendo influências internas (psicológicas) e externas (eventos no meio). Em resumo, a insegurança consiste na “ideia de que o perigo está em toda parte”²¹ inclusive em pequenas cidades: “observamos o sentimento de insegurança invadir igualmente cidades médias e pequenas (...) que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano, hoje também perceptível em meio rural”²².

Segundo Souza²³ “a percepção pública da insegurança pode não evoluir, ao menos durante um tempo, de maneira totalmente proporcional e coerente com as taxas de crimes violentos”. O reflexo disso, ainda de acordo com o autor, é uma “guerra civil” de cidadão contra cidadão, na maioria dos casos traduzida em identificar o pobre como o “inimigo” contra a violência, acentuando as desigualdades e a exclusão social. Portanto, as divisões socioespaciais se ampliam, assim como a fragmentação do tecido urbano, ainda que este seja reduzido. Partindo de uma série de fatores, o autor formou a palavra fobópole, que corresponde a “cidade do medo” ou “uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”. Para ele é justamente em cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas que o medo prospera, sendo elas as fobópoles por excelência, um desafio civil – sociopolítico, socioeconômico e cultural –, e não militar.

Bauman²⁴ expõe tal sentimento a uma mudança em curso no mundo como a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”, a retração ou redução da segurança, endossada pelo Estado e o solapamento dos alicerces da solidariedade social e o colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo e do enfraquecimento das estruturas sociais.

Logo, com o aumento do sentimento de insegurança, o Estado toma “medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais”²⁵, principalmente para proteger aquelas estratificações de maior poder aquisitivo que entram numa busca incessante de segurança que, paradoxalmente, são as que adquirem e financiam a “indústria de segurança”. Cria-se, assim, similar ao capital financeiro e simbólico, um chamado capital da segurança –, instalando câmeras, cercas elétricas, alarmes e grades ou pagando segurança particular, segurança de rua (guardas que andam de moto), seguro privado, entre outros serviços. No sentido contrário, o que percebemos é que classes menos favorecidas ficam a mercê da incompetência administrativa do Estado, que a promove como um controle social.

Já Bauman²⁶ prefere chamar de “capital do medo”. Para ele, a explicação para isto é simples: quanto mais se afasta da vizinhança, mais confiança é depositada na vigilância do ambiente. Ou seja, cada vez mais as casas são construídas para proteger seus habitantes, como se estivessem numa fortaleza, castelo, um feudo, a integrá-los com as comunidades às quais pertencem.

²¹ Bauman, 2009, p. 16.

²² Pedrazzini, 2006, p. 99.

²³ Souza, 2008, p. 29.

²⁴ Bauman, 2007, p. 7-9.

²⁵ Teixeira; Porto, 1998, p. 56.

²⁶ Bauman, 2009, p. 55.

Esse fenômeno da violência e do sentimento de insegurança urbana alcançou um patamar de reprodução em pequenas cidades e até mesmo no campo muito próximo – e até superado em alguns casos – dos encontrados em cidades maiores. O fato é que a aceitação da existência da violência urbana na sociedade é percebida em todos os lugares, independentemente se a violência aumentou efetivamente, se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próximo as capitais ou distantes dos principais centros urbanos.

Buscando explicações – as possibilidades de interpretação

Pretendemos retomar nesse item a tentativa de entender as razões dessa tendência: está relacionado à disseminação do que tem ocorrido na metrópole? Ou ao contrário, as pequenas localidades, pouco policiadas e despreparadas quanto à segurança facilitam a ação de quadrilhas? Provém do aumento geral da violência, em grande parte decorrente do uso de entorpecentes, que tem ocorrido na sociedade, atingindo de forma intensa espaços antes não abarcados? Contribuem para esse fato a falta de serviços e equipamentos de segurança? Há um “caminho livre” pra a disseminação do sentimento de insegurança? Essas são questões norteadoras para que se possa tentar avançar no estudo.

Esboçamos as seguintes possibilidades de interpretação desse fenômeno, que não são excludentes entre si, mas complementares: a) o crescimento do tráfico e consumo de drogas e produtos ilícitos levam consigo o aumento da violência; b) a violência difunde-se por todo o território a partir das áreas metropolitanas; e, c) as peculiaridades de áreas não-metropolitanas facilitam as ações violentas já que a presença policial e de equipamentos públicos de segurança nessas áreas são insuficientes ou mesmo inexistente.

O crescimento do tráfico e o consumo de drogas e produtos ilícitos

A primeira possível explicação para o aumento da violência e do sentimento de insegurança nas pequenas cidades está relacionada diretamente à propagação e aumento do tráfico e consumo de bebidas alcoólicas e drogas, principalmente dos jovens dessas localidades. Seguramente, isso preocupa não só as comunidades dessas pequenas cidades, como também a sociedade em geral até mesmo quanto ao seu futuro, visto que cada vez mais cedo os jovens têm contato com esses produtos, já que permanecem “sendo uma fonte de geração de dinheiro meio às ruínas do capitalismo periférico pós-fordista com seus trabalhadores pobres (hiper)precarizados”²⁷.

O tráfico de drogas influencia diretamente nos serviços prestados pelo Estado. Existem relatos, em diversas cidades, que os traficantes comandam determinadas áreas onde as pessoas, inclusive do poder público, só entram com autorização do chefe, como constatamos²⁸ em Florestópolis, de onze mil habitantes, no Norte do Estado do Paraná.

A violência difunde-se por todo o território a partir das áreas metropolitanas

Outra hipótese que chama a atenção é a interação dos processos ocorridos nos espaços metropolitanos e nos não-metropolitanos. A área metropolitana é sediada e comandada, na teoria, por uma metrópole. São centros concentradores de decisões, inclusive do que incide nas

²⁷ Souza, 2008, p. 126.

²⁸ Fernandes, 2012.

áreas não-metropolitanas, nelas compreendidas o campo. Nesse sentido, acredita-se que da mesma forma que ocorre o processo influenciador de tendências, hábitos e consumo, pode haver a propagação da insegurança e da violência, estejam elas associadas ao policiamento intenso nas metrópoles (e esvaziamento no interior), ao consumo e tráfico de drogas (que se espalha por todos os espaços) e, principalmente, à presença da chamada grande mídia que, diariamente, apresenta uma realidade diferente de grande parcela da sociedade.

Assim, o aumento da insegurança urbana em pequenas cidades pode estar associado à dimensão, à atração, à centralização que as metrópoles desempenham na rede urbana; é a difusão do modo de vida metropolitano, dos costumes e do consumo global não disponível a todos. É justamente nesse contexto exposto, somado evidentemente à mídia, sediada nessas localidades, que a metrópole passa a estender-se sobre os demais espaços, inclusive aqueles que possam parecer isolados ou deslocados do interesse dos grandes mercados mundiais.

A influência da mídia, principalmente da televisão, não tem fronteiras e não pede passagem para entrar, haja vista que está presente em 96% dos domicílios brasileiros²⁹. Ela é “amplamente reconhecida como um elemento estratégico na produção simbólica das violências”³⁰ e “tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiários de violência e criminalidade”³¹.

Além disso, cada vez mais, os programas culturais são trocados pelo entretenimento, que, na atualidade, vem sendo apresentado com os programas de humor, de intimidade e de espetacularização da violência. Ou seja, quase tudo na mídia é transformado em entretenimento, como as tragédias e genocídios. Logo, um evento que ocorre em São Paulo (cidade com mais de dez milhões de habitantes) é sentido – e temido – em áreas não-metropolitanas, como pequenas cidades e áreas rurais.

As peculiaridades de áreas não-metropolitanas facilitam as ações violentas

A terceira e última possibilidade de explicação que levantamos é a de que a já mencionada ausência ou insuficiência dos serviços e dos equipamentos de segurança passaram a constituir peculiaridades das áreas não-metropolitanas e as deixam vulneráveis a ações violentas e ao aumento da insegurança. O declínio demográfico ocorrido na região não resultou apenas na saída da população, mas também dos serviços e bens de serviços. Tal como a abdicação de se planejar o espaço urbano dessas localidades, com a justificativa de que “não precisa de planejamento urbano em cidade pequena”, ocorre uma “tendência ao afastamento da responsabilidade do Estado na superação das carências urbanas”³².

A ausência do Estado é, sem dúvida, um grande impulsor da insegurança urbana. Não apenas no sentido de regulamentação ou fiscalização, mas no sentido de dar suporte à vida urbana: saúde, educação, saneamento, emprego, transporte, lazer, entre outros elementos. Com a ruptura sugerida³³ entre o poder e as políticas, os órgãos do Estado abandonaram ou transferiram para a iniciativa privada um volume crescente de funções antes desempenhadas

²⁹ Segundo o último censo do IBGE, em 2010.

³⁰ Rifiotis, 1999, p. 30.

³¹ Benevides, 1983, p. 21.

³² Ribeiro, 1996, p. 10.

³³ Por Bauman, 2007.

por ele. Logo, aqueles que possuem poder aquisitivo passam a procurar os serviços privados, ao passo que os menos favorecidos tornam-se reféns das condições insuficientes dos serviços.

No mesmo sentido da lacuna deixada pelo Estado, a “falta de equipamentos de esporte e lazer, na maior parte das cidades e dos bairros”³⁴, faz com que crianças e adolescentes fiquem à mercê da violência e se tornem alvos do aumento dessa mesma violência, do sentimento de insegurança e do consumo de produtos ilícitos. Nessa perspectiva e a efeito de exemplificação, apresenta-se o caso dos serviços de segurança no Paraná e na região Norte do Estado.

O Estado do Paraná possui um coeficiente de aproximadamente um policial para cada 700 habitantes³⁵. Esse número representava quase um terço dos 250 habitantes por policial, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, além disso, a distribuição territorial é falha e concentrada, ou seja, um município de 7.000 habitantes deveria ter dez policiais militares, mas aparece com um quinto ou um décimo desse valor. Em fevereiro de 2012, o jornal *O Diário do Norte do Paraná* divulgou alguns números acerca do efetivo policial em municípios do Norte do Paraná: constatamos que sete municípios (35%) possuíam um militar para mais de dois mil habitantes; outros 12 municípios (60%) tinham um policial para a faixa de mil a dois mil habitantes; e, finalmente, apenas um município (5%) possuía um policial militar para grupo inferior a mil habitantes. Em Itambé, município de quase seis mil habitantes, havia um policial militar para cada quase três mil habitantes. Nesse caso, o contingente militar deveria ser de pelo menos 24 policiais. Além do exposto, devemos considerar que existe a questão das escalas, ou seja, alguns desses municípios são atendidos apenas por um policial militar por turno.

Já o efetivo de bombeiros é de quase três mil militares. Só o 5.º Grupamento de Bombeiros de Maringá é responsável por uma área composta por 144 municípios e uma população de mais de dois milhões de habitantes. Esse grupo tinha um efetivo de 431³⁶ bombeiros, ou seja, um coeficiente de 4.556 habitantes para cada bombeiro, bem menor que o valor de mil habitantes por bombeiro, recomendado pela ONU. Entretanto, há concentração de efetivo: enquanto o quartel de bombeiros de Maringá, que atende 23 municípios, possuía 213 profissionais (49,4%), os demais 218 bombeiros eram divididos entre outros sete quartéis, responsáveis por 121 municípios. Por isso, segundo Melo (2008) os bombeiros não chegariam a tempo numa ocorrência (em até oito minutos, recomendado pela ONU) em mais de 70% dos municípios da região.

Por fim, “270 municípios paranaenses não têm um delegado de polícia”³⁷, ou seja, quase 70% dos municípios não possuem profissionais da Polícia Civil, responsável pelas investigações no Brasil. Por isso, o Paraná apresenta a quinta pior relação de “delegados/município” do Brasil, com 0,9. Diante disso, os delegados de algumas comarcas acabam por responder por diversos municípios. No Norte do Paraná, por exemplo, somente Londrina e Maringá, no universo de 79 municípios, possuem delegacia especializada para atendimento de violência contra as mulheres. Logo, hipoteticamente, uma mulher agredida em Grandes Rios teria que se locomover 125 quilômetros até Londrina para conseguir efetivo apoio público. O mesmo ocorre com outros núcleos, como o de repressão a crimes econômicos e ao tráfico ilícito de drogas.

³⁴ Teixeira; Porto, 1998, p. 53.

³⁵ Polícia Militar do Paraná.

³⁶ Dados referentes ao ano de 2012, segundo Polícia Militar do Paraná.

³⁷ Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (SINCLAPOL), 2011.

Parece, portanto, que a insegurança encontrou essas outras faces espaciais do urbano brasileiro vulnerável e anêmico quanto à atenção e serviços do Estado, o que representou uma relativa facilidade para se difundir na sociedade, independente do tamanho e riqueza da cidade.

Evidentemente, essas não são as únicas hipóteses que podem explicar o aumento do sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: existem outras, como as condicionantes atribuídas a escalas mais amplas como a global e a nacional, bem como outras associadas às especificidades do local, relativas à sua história e cultura.

Controle social – o toque de recolher

Forma de controle utilizada em grandes conflitos como guerras, o toque de recolher, passou a ser utilizado como procedimento de controle social nas cidades brasileiras, especialmente em pequenas, por causa do aumento de violência que permeia a sociedade atual. Ele é ocasionalmente denominado de toque de proteger ou de acolher para obter maior aceitação. Consiste em proibir a presença em vias, logradouros e estabelecimentos públicos em determinadas horas, especialmente da população jovem.

O primeiro município brasileiro a implementar o toque de recolher, em 2005, foi Fernandópolis, no Estado de São Paulo, com população total de pouco mais de 60 mil habitantes. Em 2009, 21 localidades já haviam aderido a essa estratégia como forma de tentar diminuir a violência entre os jovens³⁸, dentre as quais Ilha Solteira, município de 25 mil habitantes, e Itapura, município de quatro mil habitantes. Em ambas, menores de 13 anos, desacompanhados, “só poderão ficar nas ruas até 20h30m. Os que têm até 15 anos têm permissão para permanecer até 22h. Adolescentes entre 16 e 18 podem ficar até 23h”³⁹.

Posteriormente, diversas pequenas cidades de vários pontos do Brasil adotaram essa estratégia. Registramos as seguintes: Assunção (3 mil habitantes)⁴⁰; Livramento (7 mil habitantes); Taperoá (15 mil habitantes); Jateí (quatro mil habitantes); Vicentina (6 mil habitantes); Fátima do Sul (19 mil habitantes); Antônio Cardoso (11 mil habitantes); Ipecaetá (15 mil habitantes) e Mozarlândia (13 mil habitantes).

No Estado do Paraná, Cambará, de 23 mil habitantes foi a primeira a adotar medida relacionada a essas restrições⁴¹. Em março de 2011, foi sancionada a Lei 2.236/2011, que criou o Toque de Proteger em Matelândia, município de 16 mil habitantes, no Oeste paranaense: ela prevê o toque de recolher aos menores de 16 anos após as 22 horas⁴². Muito recentemente (outubro de 2013) o município de Guaxupé em Minas Gerais adotou essa medida, trazendo o tema novamente a pauta.

Moncau⁴³ assinalava que eram pelo menos 72 municípios brasileiros, em 19 estados, que já haviam adotado esse tipo de medida restritiva. A autora também problematiza e traz referências que questionam essa forma de controle para alguns medievais, para outros é um instituto típico de estados autoritários e policiaescos. Priva adolescentes e jovens de sua

³⁸ Baptista; Bächtold, 2009

³⁹ Portal O Globo, 2009.

⁴⁰ Os dados de população apresentados são do IBGE, 2010.

⁴¹ Portal Gazeta do Povo, 2009.

⁴² Matelândia, 2011.

⁴³ Moncau, 2011.

liberdade sem que estejam em delito. Além disso, a sua aplicação indica que pode tratar do desejo de higienização social em determinados espaços.

Portanto, essa forma de controle tem sido muito polêmica e permeada por conflitos judiciais. São frequentes os embates entre o Ministério Público e os Tribunais Regionais de Justiça no intuito de cancelar tais diretrizes, com a justificativa de que a lei viola o direito à liberdade dos jovens e fere o princípio da divisão dos poderes, pois é municipal e confere poderes a policiais, que são órgãos estaduais, como ocorreu, em 2011, no município de Massaranduba, Norte catarinense, com aproximadamente 15 mil habitantes. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu a lei municipal que instituiu o toque de recolher a adolescentes. Essa lei autorizava o Conselho Tutelar e as polícias Militar e Civil a recolher menores de 16 anos que estivessem nas ruas, sem os pais ou responsáveis, depois das 22h, e menores de 13 anos, após as 20h30⁴⁴. Além dos aspectos legais são medidas controversas, pois são repressivas. Por outro lado, tem sido considerada como uma saída muito limitada e corresponde a reconhecer a falência da segurança pública.

Em 18 de junho de 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) emitiu parecer contrário ao toque de recolher implantado ou aprovado em alguns municípios brasileiros, alegando além de aspectos inconstitucionais, artigos do Estatuto da Criança e Adolescente que não preveem a restrição à liberdade. Menciona irregularidades e procedimentos abusivos quanto à apreensão constrangedora de crianças e adolescentes como uma *carrocinha* de menores que viriam sendo executadas por comissariados e juizados de menores⁴⁵.

O referido documento traz argumentos muito pertinentes que permitem perceber como é limitado e inadequado esse tipo de controle, como procuramos resumir a seguir: crianças e adolescentes não podem ficar em situação de abandono em horário nenhum e não só pela noite; muitas vezes os abusos sofridos ocorrem nas próprias casas; qualquer pessoa da sociedade pode e deve acionar programas de proteção e o dever de agir de acordo com suas possibilidades para prevenir ou erradicar as situações de risco.

O mesmo documento pondera que o Toque de Recolher contraria o direito à convivência. São medidas repressivas e de controle que se direcionam ao sentido contrário de manter uma cidade com vida urbana marcada pelos encontros em espaços públicos. Na realidade, as cidades brasileiras de modo geral já são cidades em que as pessoas evitam estar nas ruas pelo medo. Na perspectiva socioespacial esse é o principal aspecto a ser questionado.

Di Méo⁴⁶ ao tratar das práticas espaciais e o poder disciplinador do Estado fala de como ele tenta evitar a formação de grupos de grande tamanho, da ordem disciplinar sobre os corpos promovendo uma vida cada vez menos pública e mais privatizada, inclusive nos espaços públicos que servem apenas de passagem. De acordo com ele os espaços públicos de circulação são pontos da esfera privada. Retomando a epígrafe podemos dizer que a cidade pode até ter praças e espaços públicos, mas trata-se de questionar a sua apropriação e uso cada vez mais controlados. A vida urbana encontra-se, com isso, cada vez mais degradada.

⁴⁴ Freitas, 2011.

⁴⁵ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2009.

⁴⁶ Di Méo, 1999.

Já nos alertava Lefebvre que as cidades são cada vez menos espaços de encontro para tornarem-se espaços apenas de passagem. Cada vez menos obra e mais produto, conduzida por valores de troca e não de uso. Com isso, ela implode como cidade, perdendo os principais atributos do espaço urbano que é proporcionar o encontro e o convívio entre as diferenças.

Jane Jacobs⁴⁷, em consonância, nos advertira sobre a relevância de que as vias e espaços públicos urbanos sejam cheias de vida. Isso representa a recuperação da cidade como tal e melhora o sentimento de segurança. Segundo ela não se trata de subtrair a insegurança urbana tentando tornar mais seguros espaços privados cercados como os espaços lúdicos para crianças, pois “nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas”⁴⁸.

De acordo com a mesma autora, tentar dar segurança às ruas envolve assegurar que haja olhos dos moradores voltados para esses espaços o maior tempo possível. A vigilância mútua é mais eficaz, informal e com menos traços de hostilidade e desconfiança. Portanto, vemos que as ações para deixar a cidade mais segura constituem-se no sentido de estimular maior convivência e que ela ganhe mais vida. Não o contrário como propõe o toque de recolher. A ausência de vida nos espaços públicos, que o toque de recolher reforça, tem sido uma característica que predomina em espaços mais violentos e não o contrário.

Retomando Lefebvre⁴⁹, encontramos que a vida urbana pressupõe encontros. Segundo ele, para o poder há mais de um século, a cidade tem sido vista como cheia de atividades suspeitas e de delinquência. Por isso, desvalorizam, degradam e destroem a sociedade urbana enquanto perspectiva positiva. Defensor do que poderíamos denominar uma utopia urbana, ele assinala que a forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. É preciso restituir os encontros e a dimensão lúdica da cidade, celebrando o convívio.

Considerações finais

Ao constatar a concentração urbana e suas mazelas sociais cada vez maiores recentemente, parece haver entrelinhas de que onde não há concentração também não há problemas. Entretanto, pequenas cidades são cada vez menos ilhas de tranquilidade. Como vimos, basta um olhar um pouco mais atento a fontes de informações e de dados para perceber que se modificam intensamente a sociabilidade, as ocorrências violentas e o sentimento de insegurança em pequenas cidades.

Essas dinâmicas já são por si só preocupantes, contudo nossas inquietações se ampliam quando observamos as reações que vão aparecendo do ponto de vista do poder público. Essa afirmação caberia ao considerar as formas de controle de modo geral, mas nos referimos especialmente ao toque de recolher para a população jovem, que abordamos nesse trabalho. Além de inadequada como política de segurança ela acentua atributos indesejados e tendências já tão problematizadas de esvaziamento dos espaços públicos. Ao fazer isso, mata a essência da cidade que são os encontros e a convivência social.

⁴⁷ Jacobs, 2001.

⁴⁸ Jacobs, 2001, p. 36.

⁴⁹ Lefebvre, 2001, p. 15.

O tema tratado nesse artigo é recente já que a realidade que demanda a sua inserção na pauta também ganha notoriedade na última década. É possível que algumas pequenas cidades tenham conseguido escapar ao processo de aumento de violência, contudo não é isso que mostram os dados de modo geral. A pesquisa precisa ser ampliada, pois só assim será possível desmitificar as pequenas cidades como espaços de tranquilidade e de segurança, ou seja, pelo menos atenuar a leitura apologética, romântica e idealizada das pequenas cidades.

Referências

BAPTISTA, Renata; BÄCHTOLD, Felipe. 21 cidades têm toque de recolher para jovens. In: *Folha online*. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u596333.shtml>> acesso em: 5 de dezembro de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 94 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Barcelona: Paidós, 2006, 206p. Traduzido de: *Liquid Life*.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e política*. São Paulo: CEDEC, Brasiliense, 1983. 104 p.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Parecer: *Conanda se posiciona contra toque de recolher*. Brasília: Conanda, 2009. Disponível em http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/nota_conanda.pdf [Acesso em 14.02.2014].

DI MÉO, Guy. Introdução ao debate sobre a metropolização. In: *Confins* [online]. V. 4, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5433.html>> acesso em: 13 de fevereiro de 2014.

DI MÉO, Guy. Géographies tranquilles du quotidien: une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. In: *Cahiers de Géographie du Québec*. Quebec (Canadá), v. 43, n.118, p.75-93, abril.1999.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il..

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. *Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012, 261 p. il.

FREITAS, Fábio. Justiça suspende toque de recolher para adolescentes em SC. In:

Folha Online. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/884606-justica-suspende-toque-de-recolher-para-adolescentes-em-sc.shtml>> acesso em: 5 de dezembro de 2013.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 03 de dezembro de 2013.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 510 p. Título original: *The death and life of great american cities*.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, 145 p. Título original: *Le droit à la ville*.

LUGAN, J. C. Sociabilité et integration dans les petites villes: hypothèses sur une évolution. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. Bourgs et petites villes. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p. 399-406.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagem da mensagem televisiva. In: *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, jan./jun., 2009;

MATELÂNDIA, Prefeitura Municipal de. Prefeito Primon sanciona Toque de

Proteger em Matelândia. 2011. Disponível em: <<http://www.matelandia.pr.gov.br/index.php?p=noticias&id=99>> acesso em: 5 de dezembro de 2013.

MONCAU, Gabriela. Juventude recolhida. *Caros Amigos*, São Paulo, n.177, v.15, p.36-39, 2011.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ABREU, Anderson Kerley Chaves de; OLIVEIRA, Marina Clemente de. Moralidade e sociabilidade em Frankl: um norte para superação da violência. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, nº 3, p. 627-635, 2006;

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006. 188 p.;

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. 2011. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/>> acesso em: 13 de julho de 2011;

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. 2011. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.pr.gov.br/>> acesso em: 13 de julho de 2011

PORTAL GAZETA DO POVO. Toque de recolher chega ao Paraná. In: *Vida e cidadania*. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=904052>> acesso em: 5 de dezembro de 2013.

PORTAL O GLOBO. *Caderno Cidades*. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/04/21/toque-de-recolher-paraadolescentes->

criancas-comeca-valer-em-tres-cidades-de-sao-paulo-755363855.asp> acesso em: 4 de dezembro de 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Porto Alegre, Jobran Editora, 1996. 117 p.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999;

ROQUES, Jean-Luc. *Une sociologia de la petite ville*. Paris: L'Harmattan, 2011, 258p.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308 p.

SANTOS, M. Entrevista: O sonho obriga o homem a pensar. *Boletim UFMG*, Belo Horizonte, v.25, n. 1229, p.6, 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004;

SINCLAPOL. Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná. *270 cidades do Paraná não têm delegado de polícia*. 2011. Disponível em: <http://www.sinclapol.com.br/> acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SINDICATO DOS VIGILANTES. *Informativos*. Disponível em: <http://www.vigilantescuritiba.org.br/site/> acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008. 288 p.;

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches e PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. In: *Caderno CEDES*, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998;

VIANA, Nildo. *Violência urbana: a cidade como espaço gerador de violência*. Goiânia: Edições Germinal, 2002. 48 p.;

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. 151 p.